

4

Posicionamento metodológico e contexto de pesquisa

“Parece mais útil, mais favorável a uma nova compreensão das representações, pensarem todos os modos de representar a realidade social como perfeitos... para alguma coisa (...) o modo como fazemos perguntas e o modo como formulamos respostas podem ser muito diversificados e não há uma forma garantida de escolher entre eles, já que todos são bons para transmitir alguma coisa (...)”

H. Becker

(...) descendo do gabinete do diretor, chegamos até as galerias. A escola fica no corredor das celas, e é preciso passar por elas em um caminho estreito. Antes que o guarda alcançasse a tranca do portão de acesso ao tal corredor, ouve-se o grito que depois se repetirá em muitas outras visitas: “senhora na galeria; vai passar senhora na galeria”. O grito é o sinal para que todos façam silêncio; alguns baixam os olhos; muitos se recolhem para o interior das celas. Por entre as grades, é possível ver outros que chegam até as frestas para observar. O silêncio dos momentos de chegada é francamente contrastante com o excessivo barulho habitual. Ninguém ignora que alguém “de fora” está presente.

Notas de Campo. Março de 2009.

Sob o aparato dos estudos sobre desvio, interação e narrativa, é objetivo deste trabalho analisar, na fala de internos de um complexo penitenciário, o discurso sobre a própria condição desviante, flagrado em entrevistas realizadas em campo, e que configuram o que Goffman define como o encontro “misto” – aquele composto pelo encontro entre um desviante e um não-desviante. Tal proposta geral se desdobra em quatro questões de pesquisa, mais especificamente delimitadas, construídas indutivamente ao longo do percurso analítico:

1. Como se dão o gerenciamento do estigma e as tentativas de normalização da experiência desviante no encontro sob escrutínio? Conforme já se disse na introdução deste trabalho, todas as categorias de análise selecionadas para as reflexões seguintes estão orientadas pela ideia de que prevalece, nas interações

gravadas ao longo do trabalho de campo, uma atenção constante à construção e desconstrução do desvio;

2. *Como as narrativas de adesão ao tráfico são construídas e qual a sua função interacional no contexto? Que sistemas de coerência emergem dessa construção?* Essas perguntas repousam no reconhecimento de um tipo de narrativa de história de vida recorrente nos dados, que passo a chamar de ‘narrativas de adesão ao tráfico’. Tais narrativas, conforme já se procurou argumentar ao longo deste trabalho, constituem-se como um campo fértil para as estratégias de neutralização – segundo Becker (1963), formas recorrentes de se justificar as ações criminais de modo a conformar o desvio a uma ordem do que é socialmente aceitável.

3. *Que estratégias e processos de construção identitária (relacionais e que têm em vista a tensão desvio/normalidade) podem ser identificados nesse contexto?* Estreitamente relacionada às anteriores, a questão surge também do reconhecimento de um processo discursivo de construção de uma identidade desviante que emerge das narrativas cujos pontos são o momento de adesão ao tráfico.

4. *Como essas narrativas e identidades se relacionam dialogicamente com outros discursos e sistemas de coerência validados no senso-comum?* Estando claro que os não-desviantes também formulam suas explicações para as escolhas criminais de terceiros, essa última reflexão, de ordem mais macro, identifica um debate social implícito no discurso sobre o crime e a necessidade de se examinar os sistemas de coerência concorrentes.

A delimitação desse escopo de análise emergiu de nossos contatos com a bibliografia sobre crime e desvio, que, ao eleger como objeto o crime e suas causas, comumente se divide entre as teorias sobre motivações individuais para o crime e aquelas que as consideram oriundas de processos históricos de ordem macrossocial. Uma terceira via, apresentada pela pesquisa social de base interacionista (Becker, 1963; Velho, 1974), aborda a violência e seus agentes de uma outra perspectiva. A aposta no estatuto sócio-cultural e simbólico da criminalização, como algo que se constrói dialogicamente a partir dos discursos que emergem de práticas sociais situadas, motivou o presente estudo. Os capítulos 2 e 3 desenvolveram tais ideias.

Do ponto de vista metodológico, tanto a formulação quanto as reflexões sobre as questões acima alinhavadas surgem de uma pesquisa de natureza qualitativa e interpretativa do discurso, aliada a um trabalho de campo que se inspira e flerta em muitos momentos com a etnografia. Nesse sentido, a própria pesquisa é entendida como ação em uma atividade situada “que reúne um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo e tenta compreender o que está ao seu alcance” (Denzin e Lincoln, 2006:16).

O presente capítulo, além de tratar da descrição e caracterização dos dados, incluindo-se aí o contexto prisional e os participantes da pesquisa, aborda a natureza e os procedimentos metodológicos utilizados. As seções procuram ainda, como objetivo secundário, discutir alguns desses métodos a partir de suas implicações epistemológicas e políticas.

4.1. Posicionamento Metodológico

O presente trabalho toma uma parcela de seu instrumental metodológico emprestada de certos empreendimentos da pesquisa social que, desde o século passado, elegem o “micro” como ponto de partida para suas reflexões. Tanto o interacionismo simbólico (Blumer, 1937; Simmel, 1902; Becker, 1963 entre outros) quanto a etnometodologia (Garfinkel, 1949; Cicourel & Kitsuse, 1963; Zimmerman, 1963, entre outros) apresentam em comum o fato de lançarem mão de recursos etnográficos de observação e análise do cotidiano como etapa sem a qual não se apreende o processo de construção de sentidos. Nesta seção, consideraremos três tópicos fundamentais concernentes à área: (i) a eleição do contexto “micro” como objeto pesquisável; (ii) o trabalho etnográfico e (iii) a relativização acerca do olhar neutro e objetivo do observador.

4.1.1 A eleição do “micro” como ponto de partida da pesquisa social

Conforme dito acima, tanto o interacionismo quanto a tradição etnometodológica caminham em direção contrária à sociologia “macro”

determinista e reificadora, em que o olhar do pesquisador se volta para a realidade dos fatos sociais como objetos estáveis e apriorísticos, cujo sistema de normas é simplesmente aprendido e reproduzido. O argumento mais forte repousa sobre o reducionismo dessa abordagem, que deixa escapar a complexidade das atividades sociais, assim como seus mecanismos concretos de disputa e negociação de sentidos culturais, que ficam eclipsados por mecanismos exploratórios que levam em conta apenas “forças abstratas” ocultas ao senso-comum (Becker, 1963). Seriam justamente as atividades contínuas e cotidianas, os processos ordinários e os saberes que os membros temos sobre eles, que, combinados, comporiam aquilo que apreendemos como realidade social – “a soma dos objetos e acontecimentos do mundo cultural e social, vivido pelo pensamento de senso comum de homens [sic] que vivem juntos em numerosas relações de interação” (Schutz, 1962).

Caminhando nessa direção, o interacionismo simbólico se respaldará na crença de que os objetos sociais são construídos pelos atores sociais no curso de suas interações diárias e nas renegociações constantes a que estão sujeitos. Fica patente o caráter negociado, mas também perene e difuso de tais construções, as quais não podem ser satisfatoriamente apreendidas sem que, a um só tempo, sejam flagradas no curso dos trabalhos retóricos que lhes dão substância e estejam dispostas em molduras culturais e contextuais maiores.

Os estudos de rotulação, como o já mencionado trabalho de Becker (1963) sobre desvio, como já se procurou salientar, têm destaque nessa área. Para Becker, o desvio está na diferenciação social e na negociação interacional do rótulo de desviante, e não na qualidade de um tipo de ação desencadeada por uma característica psicológica deficiente do ator social (cf. capítulo 3). Ao contrário, então, de hipotetizar sobre o desvio com base em registros oficiais, questionários e estatísticas que exploram a personalidade, as relações de vizinhança e parentesco do desviante, essa vertente sociológica procurará se basear em observação direta, naquilo que o desviante faz em sua rotina, isto é, nos processos interacionais micro e na ação conjunta (Simmel, 1902). O argumento é que a pesquisa baseada apenas em quantificações acaba por sequestrar os objetos de seus contextos, para então, de modo abstrato, pacificador e alegadamente neutro, torná-los pesquisáveis (cf. Becker, 2007).

A etnometodologia descende do interacionismo e, sob um recorte mais específico, compartilha a ideia de que os atores tomam parte ativa na definição da

situação, demarcando e dando sentido às instituições em que vivem. Como dito antes, enquanto à macrossociologia caberia descrever ações de indivíduos em molduras apriorísticas, o objetivo programático da etnometodologia é compreender e descrever como os indivíduos definem e propõem em ação conjunta uma definição de situação. A metodologia leiga aplicada nessas tarefas ordinárias como conversar, conceder uma entrevista, contar uma história, etc, é o verdadeiro objeto empírico do sociólogo dessa empreitada.

Sob a máxima de que é a linguagem comum que diz a realidade social, especificamente a análise da conversa e a sociolinguística interacional beberão dessas duas fontes para preconizar que o encontro social, e as trocas discursivas que o constituem, é o lugar para construções de toda ordem: no caso do proposto nesta tese, os rótulos identitários, especificamente o desvio. Por essa razão, o procedimento indispensável das pesquisas na área é gravar e analisar as práticas de linguagem de uma dada comunidade discursiva para investigar tanto o que é preciso saber para interagir verbalmente em cada uma das definições de situação – para o caso específico da análise da conversa –, como o modo como as pessoas se projetam e usam pistas para criar inferências e significados sociais – para o caso da sociolinguística interacional.

4.1.2

A pesquisa de campo de base etnográfica

Etnografia pode ser definida como uma forma de descrição social verbal e detalhada do modo de vida de uma determinada unidade social. Se subscrevermos a atitude epistemológica segundo a qual o mundo social só nos está disponível nas interações cotidianas e nas concepções múltiplas e concorrentes que os atores fazem para si dos objetos, símbolos, situações e dos demais atores, então a pesquisa está inescapavelmente destinada a ir a campo. É visitando pequenas comunidades, vizinhanças e atentando para os personagens concretos, suas particularidades e idiossincrasias (Velho, 1981) – sem a preocupação em se aparar arestas e descontinuidades que marca o projeto estruturalista – que os pesquisadores observam as leituras que indivíduos e grupos fazem de sua cultura

– numa gama de variações que talvez não impossibilitem as padronizações, mas as colocam, continuamente, e como parte da tarefa, sob suspeita (idem).

Obviamente, ainda que a experiência frequente com o grupo seja significativa, a tarefa de se captar o ponto de vista do “nativo”, entender o outro, – ou “olhar por sobre os ombros do ator”, como preferiria Geertz – é uma empreitada inalcançável. Em todo caso, a etnografia nos permite maior domínio sobre os processos interacionais (Winkis, 1998); graças a ela, é possível representar vários níveis de contexto e “redes de significação” (Geertz, 1989), sem os quais não poderíamos interpretar, ou o faríamos de maneira ainda mais limitada do que é comum, os encontros sociais e as manifestações discursivas de comunidades e subgrupos pesquisados.

Em suma, para se entender a dimensão simbólica da vida social e as ordens interacionais e comportamentais que a constroem e por ela são construídas – ou ao menos aproximar-se disso reconhecendo o alto grau de subjetivismo da tarefa –, é necessário lançar mão de procedimentos qualitativos de pesquisa tais como o contato pessoal com o contexto, a observação participante de longa duração e análise de dados observados ou gravados em entrevistas abertas. É o fluxo do discurso social, apercebido, recortado e submetido a uma lente de aumento que é tomado como forma pesquisável (Geertz, 1989). Seguindo tais orientações é que esta pesquisa foi desenvolvida.

Adicionalmente, e pela própria orientação interacional do trabalho, sem tomar o outro como um indivíduo passivo, exótico e observável, procurou-se entender e usar como pressuposto o processo de geração dos dados como um encontro multicultural. Nesse sentido, a natureza do contato entre esta pesquisadora e seu campo torna-se um dado a ser levado em conta nas análises. Como alguém que é parte do campo, que o influencia é por ele influenciada, torno-me também objeto investigação, o que põe em cheque as noções tradicionais de objetividade e distanciamento da pesquisa social, objeto da seção seguinte.

4.1.3 O ponto de vista do observador

A respeito do subjetivismo na observação e análise da pesquisa, algumas considerações que também orientam a perspectiva metodológica deste estudo ainda podem ser feitas.

O primeiro deles é a desconstrução ou relativização do conceito de distância, condição outrora indispensável para realizar uma pesquisa etnográfica, especialmente por parte daquelas preocupadas em produzir descrições arquetípicas de uma comunidade (cf. Levi-Strauss, Malinowski, 1922). Há pelo menos duas maneiras de se interpretar o conceito antropológico de distância. Na primeira delas, em termos geográficos e/ou culturais, tomam-se como distantes os campos exóticos, “das ilhas”, e comunidades longínquas que estiveram sob enfoque no primeiro movimento da etnografia (Winkis, 1998). Mesmo essa definição básica carece de alguma relativização, dada a falsa impressão de que exotismo se equaciona com distância geográfica e cultural em sentido leigo. Conforme aponta Velho (1981), é tão possível encontrar ‘exotismos’ nas proximidades geográficas, quanto familiaridades e entrosamentos culturais em contextos distanciados e aparentemente dessemelhantes.

Um outro sentido para o conceito de distância é o que o equaciona com objetividade científica. Ainda de acordo com Velho (idem), as orientações de se estranhar o familiar ou familiarizar-se com o exótico, típicas da antropologia moderna, são postas à prova na contemporaneidade desde que se entenda também a noção de distância como algo produzido cultural e historicamente. Sendo o campo familiar ou exótico, é certo que a ele se impõe um ponto de vista, cuja análise relativamente objetiva pode ser “mais ou menos ideológica e sempre interpretativa”. Nesse sentido, estranhar o familiar passa a ser simplesmente estar disposto a confrontar nossa versão com a de outros pesquisadores, cujas interpretações terão também caráter subjetivo e aproximativo. Já se mencionou também a falácia do propósito etnográfico que, com objetivo de observar um grupo no interior de suas próprias práticas e assim conhecê-lo de uma perspectiva êmica, acabou descobrindo que o máximo que se consegue produzir é um tipo de conhecimento de uma pessoa, que, de dentro de determinações identitárias e contextuais, olha o objeto de uma perspectiva própria

De maneira semelhante, Becker (2007) considera que os trabalhos de representação social não descrevem fatos puros, porque mesmo o que tomamos como tal está impregnado de teorias localizadas e pré-acordadas, mas devem ser vistos como práticas discursivas situadas de uma determinada comunidade interpretativa – produtores e usuários, em suas palavras – cujos objetivos são bem definidos. Por conta disso – do caráter contextualizado e por isso mesmo transitório e incompleto de qualquer pesquisa – é que se pode dizer que as representações são necessariamente parciais e reducionistas; relevantes para os objetivos de um grupo social; argumentações para as posições que esse grupo pretende tornar claras.

4.2 Procedimentos de pesquisa

Seguindo as orientações teórico-metodológicas acima delineadas, e imbuída de algum espírito etnográfico, ainda que não se tenha realizado uma etnografia em sentido estrito, esta pesquisa se ocupa do comportamento linguístico-discursivo de seus participantes em encontros sociais específicos gravados, transcritos e analisados conforme procedimentos que descreverei a seguir.

4.2.1 Geração dos dados

Assim como preconizado pela pesquisa social de orientação micro, esta pesquisa está baseada no contato direto que tivemos, eu e Julio Giannini, até então estudante de mestrado que acompanhou a pesquisa com um sub-projeto paralelo, com uma das maiores instituições prisionais do país, situada no Município do Rio de Janeiro. Para preservar a identidade dos participantes desta pesquisa, o nome da instituição estará preservado.

Para que a inserção na instituição fosse possível, um pedido oficial foi encaminhado à Secretaria Estadual de Assuntos Penitenciário (SEAP), que após um longo percurso burocrático concedeu autorização para a entrada nas

dependências do complexo. A entrada do gravador dependeu ainda de uma autorização especial do diretor da unidade prisional escolhida.

Especificamente, nossas visitas se circunscreviam ao espaço escolar dessa unidade prisional, uma vez que esse era um local em que era permitido aos internos circular por tempo determinado e conversar livremente conosco.

Dentre as penitenciárias cariocas, a escolha da instituição em que a pesquisa foi realizada como campo de pesquisa deveu-se a um contato anterior que eu havia tido com a instituição, ocasião em que participei da criação e elaboração de um projeto educativo de iniciativa da secretaria estadual de educação. Embora minha permanência no referido projeto tenha sido curta, o contato que tive com algumas pessoas da penitenciária e da secretaria estadual motivou a pesquisa e me permitiu acesso às informações referentes à entrada no campo para fins de pesquisa. Além disso, conforme esboçado no capítulo 2, um contexto prisional, seja ele qual for, é particularmente interessante para os estudos de desvio, seja pela relativa facilidade de acesso que se tem aos protagonistas de histórias sobre crime, seja pelo modo como a própria instituição rotula e conduz ações acerca da identidade desviante.

Dentre as muitas do complexo penitenciário, a unidade prisional em que a pesquisa foi realizada foi selecionada pelo fato de um familiar atuar como professor da escola, o que facilitaria consideravelmente o acesso e o diálogo prévio quanto à nossa entrada junto à diretora da escola e ao diretor da unidade. O que de fato se deu.

Nossa autorização previa entradas quinzenais, sempre às segundas-feiras, durante o primeiro turno do horário escolar. Entraríamos na galeria das celas, no fim da qual se encontrava a escola, acompanhados por um guarda designado pelo diretor. Mas nem sempre as visitas se deram como previsto na autorização. Em função de contingências e imprevistos, por vezes não tínhamos acesso à unidade nos dias e horários combinados, ora por conta de rotinas de segurança (em dias de revista das celas a escola não funcionava), ora por conta de manifestações dos próprios internos, que costumam suspender por greve as atividades escolares, médicas e assistenciais como política de reivindicações. Por essa razão, também a frequência quinzenal muitas vezes era substituída por visitas em semanas consecutivas ou por espaçamento ainda maior entre essas visitas. Por duas vezes foi necessário ficarmos também para o turno da tarde: uma vez porque a guarda,

em uma operação específica de segurança, havia bloqueado o acesso à saída, e outra por nossa própria iniciativa, para agilizar o processo de gravação das entrevistas.

Do início do ano letivo de 2009 até o mês de outubro, realizamos visitas com frequência relativa durante as quais, como observadores participantes, pudemos estudar a galeria de celas e o funcionamento do espaço escolar, além de assistir a aulas e conversar com os internos. Esses encontros serviram como uma das etapas cruciais para o tipo de pesquisa empreendida: conquistar a confiança das pessoas e convencê-las a participar da pesquisa, garantindo-lhes que as identidades seriam preservadas e que elas não sofreriam consequências quanto aos resultados da geração de dados. Em geral, explicávamos o propósito acadêmico de nossa inserção no campo de maneira simplificada, e, conforme a pequena narrativa que abre o presente capítulo, os internos tendiam a gostar da ideia de divulgar para outros públicos suas histórias de vida. O fato de termos feito contato primeiro com as lideranças do grupo contribuiu para a construção de um ambiente colaborativo. As notas de campo tomadas durante esses encontros ajudam a constituir a totalidade dos dados considerados para análise empreendida neste trabalho.

As gravações levaram algum tempo para serem autorizadas, e algumas condições foram impostas. Primeiramente, o diretor determinou que elas fossem feitas no menor número e demandando o menor espaço de tempo possível. Elas ainda deveriam, inicialmente, ser feitas individualmente em uma saleta fora da galeria, comumente usada para atendimento jurídico dos internos, e com acompanhamento de um guarda, que ficaria presente durante a entrevista. Após argumentarmos sobre o caráter constrangedor e opressivo dessa situação, ficou acordado o seguinte. Gravaríamos no espaço escolar, sem presença do guarda, mas nos comprometíamos a não fazer perguntas específicas sobre crimes cometidos e funcionamento da cadeia. Além disso, submeteríamos a gravação diária ao diretor ou a uma equipe de segurança designada por ele. Todos os internos entrevistados foram avisados sobre essa condição, e esse dado informa toda a análise da tese, conforme se verá adiante. As entrevistas foram então realizadas em quatro segundas-feiras, ao longo do segundo semestre de 2009, na própria escola. Em geral, ocupávamos salas de aula vazias ou a sala de leitura para

esse fim. Os participantes e os dados que compõem essas gravações estão descritos, respectivamente, nas seções 4.4 e 4.5.

4.2.2 Procedimentos de análise

Este projeto está fortemente influenciado pela ideia de que os procedimentos metodológicos de geração de dados já encaminham de alguma maneira um processo analítico de interpretação. A representação dos dados se dá em camadas; segundo Riessman (1993), mesmo antes do processo de transcrição. Na verdade, mesmo a composição do roteiro de perguntas, a seleção do “modo de perguntar” e a forma como perguntas e respostas são co-construídas entre os participantes já informam e orientam uma primeira representação do objeto em foco. Uma vez que diferentes formas de geração de dados devem ser interpretadas diferentemente (Riessman, 1993), todo o processo de análise deve considerar, além disso, como foram transcritos e, enfim, como se relacionaram com o instrumental teórico da pesquisa e as categorias de análise de que se lançou mão. Esta subseção descreve e discute a realização das entrevistas, o processo de transcrição e o recorte, além do encaminhamento analítico *stricto sensu*.

4.2.2.1 Entrevistas

Atualmente, as entrevistas são um lugar comum no cotidiano da maioria das pessoas. Fazem parte de rotinas institucionais de vários campos de trabalho e encontram-se fortemente retroalimentadas em contextos midiáticos como o jornalístico e o de entretenimento. Nessas práticas, os papéis de entrevistador e entrevistado estão fixados como formas sociais reconhecidas e razoavelmente aceitas por diversos grupos (Silverman, 1997). Tal fixação, entretanto, que remonta aos múltiplos processos de individualização do sujeito na modernidade, apoia um tipo de prática cuja divisão de trabalho pressupõe pares com funções determinadas e exclusivas de questionador e respondente.

Se, por um lado, nessa prática se enxerga a vantagem de se tomar sujeitos comuns como fonte de conhecimento capacitados a dizer sua própria experiência,

por outro lado, ela deixa entrever dois pressupostos epistemológicos problemáticos para análises como a apresentada nesta tese. Em primeiro lugar, está a crença de que os participantes são os únicos responsáveis e transmissores de um senso de *self* único e integrado; em segundo lugar, está o entendimento da entrevista como uma janela para a experiência (Weiss, 1994 *apud* Gubrium & Holstein, 2003); como um modo insuspeito de se obter informações.

A atitude de pesquisa corroborada por este trabalho rejeita, seguindo Gubrium & Holstein, a tomada do entrevistado como um passivo produtor de respostas, bem como do pesquisador como um mero receptáculo destas. Tentamos por isso, por vezes com sucesso, minimizar as relações assimétricas do enquadre de entrevista clássico. Do mesmo modo, a análise não considera a entrevista apenas como procedimento metodológico, mas descreve seus processos e sequências assim como faria com outra atividade de fala qualquer (Mishler, 1986), típica das interações cotidianas de nosso repertório cultural, em que os participantes estão igualmente engajados numa atividade de co-construção.

Rejeitar a entrevista tradicional, como enquadre e como método, é também rejeitar o modelo comunicacional “telementacional”, segundo o qual emissores e receptores se alternam na transmissão e processamento de informação. Assumo que as tais informações não se relacionam com a verdade de maneira incontrovertida, que o contexto de pesquisa em geral e de entrevista em particular – assim como qualquer outro contexto interacional – são continuamente negociados contingencialmente. Pela mesma razão, despreza-se aqui a ideia de que haja um *self* único e íntegro por trás do respondente. Sendo a entrevista uma oportunidade fértil de representar a experiência e construir versões da realidade cooperativamente, isso vale também para as construções identitárias, uma vez que as pessoas continuamente monitoram o modo de se apresentar em relação a definições de situação e de quem sejam seus pares (Goffman, 1959).

Especificamente para os fins desta pesquisa, realizamos entrevistas abertas individuais, excetuando-se a primeira delas, em que dois entrevistados preferiram estar juntos.

As perguntas realizadas não estavam previamente roteirizadas, embora tenhamos rascunhado algumas formas de perguntar que potencialmente encorajariam narrativas de histórias de vida, que é o foco da presente pesquisa. Perguntas como ‘Como foi sua infância?’ ‘Como foi sua vida?’ foram as

principais desencadeadoras das entrevistas. Esse tipo de pergunta não-estruturada tem a vantagem de prover aos respondentes maior controle sobre o piso e o tópico, embora, no caso específico de nosso contexto, houvesse uma imposição adicional – a de evitar constrangimentos e descuidos. Isso porque esbarramos, como não poderia deixar de ser, com um entrave bastante significativo para a fluência e sincronia conversacional nessas interações: por conta do acordo firmado com a direção do presídio acerca da vistoria nas gravações, havia uma necessidade de se preservar as identidades dos internos desde a gravação das entrevistas. Perguntas do tipo ‘quem’, ‘como’, ‘quando’ e ‘onde’ tinham de ser evitadas, e, mesmo no curso das histórias contadas, por vezes silêncios e lacunas na construção dos enunciados aconteceram frequentemente por conta dessa censura. O capítulo 5 adicionará outras interpretações relevantes sobre esse aspecto.

Além disso, os participantes, inclusive nós, os entrevistadores, evitamos situações em que ações criminais fossem confessadas ao gravador – muitos internos poderiam acabar contando histórias sobre crimes pelos quais ainda não foram processados – ou histórias cujo ponto era os conflitos com a segurança do presídio. Alguns silêncios nas gravações, sempre acompanhados de gestos explicativos obviamente só recuperados pelas notas de campo, ilustram o fato de que mesmo a “naturalidade do impulso de narrar” de que fala Riessman (1992) seja fortemente domada por um grupo que se caracteriza pela vigilância constante de suas ações e relatos (cf. seção 4.4). Ainda assim, por duas vezes a gravação teve de ser apagada a pedido dos entrevistados, que deixaram escapar informações comprometedoras para as circunstâncias.

4.2.2.2 Transcrição dos dados

Mesmo no processo de transcrição, já se observa um modo de representação dos dados. Isso porque, como em todas as etapas da pesquisa, se impõe um processo seletivo guiado pelos olhos do pesquisador que, diante da impossibilidade de dar conta da complexidade da situação de interação e da impossibilidade de manter-se neutro e em condição de observador distanciado, desde então interpreta a situação social, muitas vezes de que fez parte, como foi o

meu caso, recortando o que ao seu olhar lhe parece relevante (cf. Mishler, 1986; Riessman, 1992 e Garcez, 2002). Trata-se a transcrição, portanto, de um processo de retextualização que envolve seleção e redução, e de onde frequentemente emergem as primeiras categorias de análise (Riessman, 1992).

Todas as sequências gravadas nas entrevistas foram transcritas por mim e por Julio Giannini de acordo com convenções adaptadas da tradição da Análise da Conversa (cf. Anexo 1), formando uma coleção de dados de sete entrevistas. Nessas transcrições, procuramos contemplar aspectos paralinguísticos, como ênfases, subidas e descidas de entoação, alongamentos e pausas, por considerar que também esses elementos constituem-se como pistas de contextualização (Gumperz, 1982) para os processos de construção de sentido. Já durante as entrevistas, costumávamos chamar os participantes de ‘João’, para evitar identificações quando da audição por parte da segurança. No processo de transcrição, esse nome teve de ser trocado para diferenciar as entrevistas. Nomes de logradouros e outros elementos identificadores também foram trocados, inclusive nas transcrições.

4.2.2.3 Recorte analítico e categorias selecionadas

As entrevistas foram escolhidas como um dos procedimentos deste projeto porque são um contexto profícuo ao surgimento de narrativas (Mishler, 1986). Para fins de análise dos dados, primeiramente foram recortadas especificamente as narrativas de histórias de vida (Linde, 1993), mais especificamente ainda as de adesão ao tráfico, analisadas tanto em nível micro – seus tópicos, estrutura, mecanismos de avaliação e demais pistas de contextualização –, quanto em nível macro, do contexto social mais amplo do qual emergiram – as narrativas apresentam assim uma dupla localização: estão situadas em interações específicas, mas também como um elo de formações discursivas culturais, sociais e institucionais (Riessman, 1992). Em momentos posteriores da elaboração da tese, foram também consideradas as sequências anteriores e posteriores ao início das histórias, como forma de situar a negociação da introdução da história e dar conta dos processos interacionais que se tornaram salientes no encontro misto.

Os capítulos posteriores apresentarão as definições de interação, seus pressupostos e processos (capítulo 5), e narrativa (capítulo 6) aqui adotadas, inclusive a definição de histórias de vida, e a discussão sobre seus limites. Resumidamente, elas foram consideradas modos discursivos de se estruturar a experiência. Quanto ao seu aspecto formal, considero enunciados narrativos tanto as construções prototípicas, conforme a estrutura descrita por Labov & Waletzky (1967) quanto o que se segue na revisão de sua proposta por outros autores como Bamberg e Georgakopoulou (2008) acerca de formas narrativas que seguem outras formas de estruturação.

Dentre as categorias principais de análise selecionadas para as análises dos dados estão:

I) Trabalho de face: formulado primeiramente por Goffman (1955), o conceito dá conta dos modos dinâmicos de apresentação do *self*; das imagens contingentes delineadas a partir de atributos sociais demandados pela situação.

II) Sequencialidade, causalidade e sistemas de coerência: segundo Linde (1993), quando contamos histórias, estamos construindo para fatos dispersos (supondo que a realidade seja fluida, porosa e simbolicamente organizável) redes de sequencialidade e causalidades que se conformam com certas visões de mundo ou versões populares de saberes científicos.

III) Amenização da agência: tomada emprestada de O'Connor (1995) e Duranti (2004), diz respeito à mitigação da agentividade presente nas histórias de adesão ao crime. A análise das posições sintáticas agentivas e passivas do narrador ao longo da entrevista contribuirão para a explicação acerca dos sistemas de coerência sustentados.

IV) Mudanças de enquadre: certas disrupções que são observadas nas narrativas biográficas conduzem o que chamarei de mudança de enquadre ou de expectativa – ocasião em que o interlocutor interrompe o tópico atual da narrativa biográfica para prestar conta de uma espécie de agenda, ao que parece influenciada pelo reconhecimento, por parte do entrevistado, das entrevistas como encontros sociais “mistos” (cf. Cap. 3), e desta pesquisa enquanto um tipo de trabalho que demanda reflexões sociais de orientação mais “macro”. Alternâncias de registro, entonação e de estrutura sintática

marcam tais mudanças de enquadre, conforme se procurará salientar no capítulo 5.

4.2.3

Nota sobre a apresentação da análise

A apresentação dos dados e das análises desta tese foi decidida não sem alguma dificuldade, e a opção por não separar categoricamente os capítulos de teoria e análise está condizente com a perspectiva metodológica aqui abraçada. Por trabalhar com contribuições teóricas que advêm dos estudos sociais, da sociolinguística interacional e da análise de narrativas, e com práticas interpretativas típicas de cada uma dessas áreas, opto por um tipo de pesquisa que privilegia o diálogo interdisciplinar, cujo trabalho, conforme definido por Denzin e Lincoln (2006), se parece com o de um *bricoleur*: aquele que reúne imagens, transformando-as em montagens. Segundo os autores, “um conjunto de representações diferentes se montam e se encaixam nas especificidades de uma situação complexa” (idem:18). Diferentes peças de análise e de orientações teóricas, então, se complementam em uma apresentação caleidoscópica, demandas das próprias perguntas de pesquisa.

Resultado de um ir e vir à bibliografia e ao material empírico, a organização dos capítulos seguintes reflete esse processo. As reflexões teóricas e as análises interpretativas seguem a ordem da minha própria percepção dos dados, e reunidas da maneira que julguei mais compreensível da complexidade dos discursos em foco.

A técnica da bricolagem conforme apresentada por Denzin e Lincoln também lida com a impossibilidade de se captar a realidade objetiva, ou seja, presumir uma realidade estável e imutável que possa ser estudada com a utilização de métodos objetivos e bem definidos, e apresenta, como alternativa à validação, a sobreposição de diferentes representações, ou modos de argumentar: primeiro as estratégias de trabalho de face, depois as narrativas e finalmente os sistemas de coerência convergem para um ponto comum, qual seja, as estratégias de neutralização da experiência desviante. Como na metáfora do cristal, também apresentada pelos autores, “prismas que refletem externalidades refratam-se dentro de si, criando imagens que se lançam em diferentes direções”. Assim,

prescindindo de pureza metodológica, os mesmos discursos são apresentados a partir de três diferentes pontos de vista e paradigmas analíticos para tornar a análise mais dinâmica e processual.

Consegue-se, com a montagem reflexiva, ressaltar as ideias principais do trabalho e privilegiar as interfaces nele estabelecidas (ainda que seja necessário reservar a trabalhos futuros o aprofundamento teórico-analítico de cada uma das abordagens). Além disso, entremear a teoria com a análise de dados, por etapas, traz o ganho adicional de reduzir a extensão dos capítulos da tese e torná-la mais legível. O capítulo 5, o par 6-7 e o 8 podem ser lidos em qualquer ordem e de maneira autônoma.

4.3

O contexto prisional

A pesquisa, como já se disse, foi realizada em um contexto institucional. Trata-se de um complexo penitenciário, nesta tese chamado de Complexo X, situado no município do Rio de Janeiro. A instituição existe desde a década de 80, e é composta, hoje, por 26 unidades assim distribuídas: 15 penitenciárias masculinas, 2 penitenciárias femininas, 3 casas de custódia – cadeias de passagem para internos ainda em julgamento –, 3 hospitais, uma maternidade, 1 sanatório e 1 unidade de pronto atendimento.

Segundo a Secretaria Estadual de Assuntos Penitenciários (SEAP), o sistema carcerário fluminense deve, como missão institucional, prover custódia, reeducação e reintegração de seus internos à comunidade, o que inclui, oficialmente, obrigatoriedade de escolas, atividades laborativas e contato com a família, além de rede de serviços de saúde, serviço social e psicologia. Do ponto de vista administrativo, esse sistema tem servido de referência em termos de segurança e oferta de direitos para os demais estados devido à equação entre os índices de criminalidade e os baixíssimos índices de rebelião e fuga.

De um total de aproximadamente 400 mil detentos que compõem a população carcerária brasileira – uma das maiores do mundo –, o Estado do Rio de Janeiro abriga cerca 32 mil. Destes, de 18 mil estão alocados no Complexo X.

Quanto ao perfil social dos internos, segundo dados do Ministério da Justiça, a população carcerária do estado é composta por uma maioria negra, sem o ensino fundamental e com faixa etária entre 18 e 29 anos. Além disso, embora os dados oficiais sejam esfumados quanto a este aspecto, sabe-se, a partir de nossa própria incursão no campo, que a maioria absoluta dos internos das cadeias cariocas é oriunda das facções criminosas que comandam a distribuição e venda de drogas na cidade, e que isso tem implicações na organização do sistema prisional estadual: cada cadeia é destinada a uma dessas facções, a saber, o Comando Vermelho, Terceiro Comando, ADA (Amigo dos Amigos) e Filhos de Israel – sendo este último um grupo que não atua na sociedade livre, mas que se formou nas prisões, da reunião daqueles que não podiam conviver com as demais agremiações. Cada unidade segue um código de conduta interno que atende às especificidades de seu grupo. A divisão, promovida pelo próprio Estado, sob o argumento da grande rivalidade existente entre esses grupos, como já mencionado no capítulo 2 desta tese, organiza a continuidade do vínculo criminoso do apenado com o mundo livre.

Especificamente, frequentamos, durante o ano de 2009, como já mencionado, a escola de uma das unidades prisionais do Complexo X, a que passo a chamar Unidade Y. A unidade tem capacidade para 750 internos, e abriga uma das facções acima mencionadas, a que mais uma vez, para preservar a identidade dos participantes da pesquisa, passo a nomear de “Comando Z”. A escola que serve de campo para este trabalho é componente regular da rede estadual, que, salvo as especificidades geográficas – o fato de estar localizada dentro da galeria de celas de uma unidade prisional –, funciona de modo semelhante às escolas da rede, com os mesmos objetivos e princípios organizacionais. A galeria é um grande corredor com celas coletivas à esquerda e à direita, estando a escola na última “cela” à esquerda, um espaço um pouco maior que uma cela comum e reformado para atender às demandas de espaço escolares.

A entrada na instituição obedecia a um ritual regular. Rotineiramente, os professores e nós, pesquisadores, chegávamos ao portão principal da unidade escolar e, após deixar bolsas e telefones com o guarda, assinar o livro de visitas e passar pelo detector de metais, esperávamos ainda nessa recepção a chegada dos demais, para entrarmos todos juntos. Em geral, um guarda nos conduzia até o portão da galeria e mais uma vez esperávamos a chegada do responsável pelas

chaves. Uma vez abertos os portões, os próprios internos responsáveis pela limpeza ou os habitantes das primeiras celas avisavam aos demais sobre a presença de mulheres, de modo que aqueles que estivessem em trajes ou atividades inapropriadas pudessem se recolher. Quando finalmente entrávamos na escola, os faxinas – internos da própria unidade designados para serviços de limpeza e administração – eram liberados de suas celas e entram na escola para o dia de trabalho. Os alunos só eram chamados após a limpeza estar terminada, e se dirigiam diretamente às salas de aula.

A escola da penitenciária atende alunos do primeiro e do segundo ciclo do ensino fundamental e também do nível médio. Os alunos que a frequentam são internos que se inscrevem voluntariamente para isso, em troca de remissão de pena – para cada três dias letivos, um dia de pena é abonado de seus processos.

Quanto ao seu aspecto físico, a escola é composta por oito salas, sendo uma delas utilizada como biblioteca, uma para aula de informática, uma para artes plásticas – onde internos desenvolvem alguns trabalhos independentes de artesanato. O espaço, que tem sua construção datada de 2006, é bem instalado e de aspecto agradável; possui recursos audiovisuais (TV, DVD, data show, aparelhagem de som) e suas salas, embora abafadas por não possuírem janelas, são equipadas por ventiladores e quadros brancos.

Quanto ao corpo discente, a escola conta com aproximadamente 360 alunos, distribuídos entre o Ensino Fundamental e Médio, atendidos nos turnos da manhã e tarde. Já o corpo docente que atende a essa demanda é composto por aproximadamente vinte professores responsáveis pelas disciplinas previstas para os ciclos mencionados, além de uma diretora e uma secretária.

Durante o período de pesquisa de campo, assistimos a algumas aulas e principalmente circulamos pelas dependências administrativas e complementares da escola, como a sala de leitura e a sala de artes. Conversamos principalmente com os alunos responsáveis por essas atividades e com os faxinas, que têm trânsito livre pela galeria. As seções seguintes descrevem os participantes e os dados recolhidos desses encontros.

4.4 Os participantes das entrevistas

Muito já foi dito sobre facções criminosas na literatura especializada e jornalística. Ainda que algum tipo de reflexão sobre identidade de grupo seja explorada nesta tese, este não se baseará em definições apriorísticas sobre o grupo que extrapolem o que foi visto e ouvido na pesquisa de campo. Esta seção, portanto, se limitará à caracterização dos sujeitos pesquisados; é uma limitação de nossa pesquisa não poder observá-los em sua rotina fora da escola, e pouco se poderá dizer sobre as atividades e interações do grupo em ambientes diferentes. Também não é o caso de reforçarmos aqui estigmas ou lendas já suficientemente exploradas pela mídia. Os comentários que farei no curso da análise sobre valores e hábitos do grupo serão sobre o que pude observar nas visitas ao ambiente escolar e ao que aparece como construção discursiva nos dados. Já as caracterizações abaixo se baseiam naquilo que nos foi contado informalmente, durante as entrevistas ou em conversas com os professores e a diretora da escola.

Todos os internos participantes das entrevistas são “faxinas” – ou monitores, conforme preferem os internos do Comando Z –, já definidos como internos designados oficialmente para atividades laborativas que atendem às demandas internas das cadeias. Especialmente os faxinas alocados na escola apresentam ainda a função secundária de vigiar o comportamento dos alunos. Isso acontece porque essas pessoas são escolhidas precisamente por já se destacarem como lideranças da facção na unidade, servindo aos outros internos como referência e autoridade, capazes de ditar normas de conduta e levar os casos de transgressão e comportamentos inapropriados ao grupo da facção responsável pelas punições.

Além disso, essas lideranças têm uma função mediadora e conciliadora entre o “coletivo” – expressão que designa o conjunto de internos de uma unidade – e a direção do presídio, apaziguando os conflitos potenciais e negociando com as autoridades as condições de carceragem. Importa à direção da cadeia manter essas pessoas no comando, e interessa aos internos manter uma relação cordial e aberta ao diálogo com a direção. Os demais internos nutrem por essas pessoas um sentimento de respeito inabalável, já que são consideradas hierarquicamente superiores na escala de poder da facção na cadeia; porta-vozes que são dos seus altos comandos.

É importante notar que, segundo Goffman (1988) é comum que uma categoria estigmatizada eleja certos representantes. Tais eleitos são aqueles que têm mais oportunidade de se expressar e podem lidar com representantes de outras categorias, realizando um trabalho semipolítico de levar aos grupos do entorno as ideias e reivindicações daqueles que se encontram à margem. A esse respeito, cabe uma consideração importante: se, por um lado, contamos com a vantagem de poder interagir com os líderes do espaço prisional que frequentamos, por outro lado, uma perda óbvia foi o fato de não termos dados gravados do que, no vernáculo da cadeia, se denomina “preso comum”. É provável, que, em circunstâncias diferentes, outros mundos sociais e posicionamentos tivessem vindo à tona.

Provavelmente, uma das pessoas mais representativas a que tivemos acesso foi **José** (nome fictício). José é uma jovem liderança da facção criminosa a que pertence. Tem 29 anos, está pela segunda vez cumprindo pena na instituição prisional, respondendo criminalmente por sua participação no comércio varejista de drogas. Sua ascensão na facção se deu durante a sua primeira passagem pelo sistema carcerário, ocasião em que foi “adotado” por lideranças mais antigas. Um episódio interessante sobre nosso contato com José foi que, após conseguir autorização das autoridades para realização das entrevistas, tivemos de marcar um encontro com ele para que uma autorização “da facção” fosse concedida. Foi ele quem nos sugeriu, com algum grau de imposição, que os entrevistados fossem os próprios faxinas, pessoas de confiança, que, segundo ele, não “gerariam problemas”. Já o próprio o fez por conta própria e parecia sentir-se bastante prestigiado com o convite. Já foi dito que todos os entrevistados, durante as entrevistas, eram chamados de ‘João’ para preservar suas identidades quando da audição pela direção do presídio. José pediu-nos explicitamente para que fosse chamado de “José”, marcando assim uma diferenciação perante os demais. Antes de ligar o gravador, perguntei-lhe se podíamos falar sobre suas atribuições como líder, o que foi cordialmente negado.

No dia combinado para sua entrevista, esperamos muito tempo por José, que já havia demonstrado interesse em conceder a entrevista e fora chamado pelos seus companheiros desde o início do turno escolar. Já havia passado das 11h30 da manhã quando ele apareceu, muito simpático e preparado para a entrevista.

Os demais entrevistados eram faxinas sem o mesmo status de José, embora apresentassem também uma posição especial na hierarquia do grupo.

Jorge e Sérgio foram os primeiros a ser entrevistados e os únicos a participarem juntos do processo. Os dois estavam desconfortáveis com a pesquisa e não falaram muito sobre suas trajetórias, de que pouco sei além do relatado na entrevista. Ambos têm entre trinta e quarenta anos e estão presos há pouco mais de cinco anos, processados por assalto, com remota passagem pelo tráfico antes do ingresso ao sistema prisional – muitos internos contam histórias como essas: foram presos por crimes ‘independentes’ e acabaram por aderir definitivamente a uma facção quando alocados em uma cadeia assim identificada. Em geral, a alocação nesses casos está baseada na comunidade de origem.

João, o segundo entrevistado, tem cerca de trinta anos e está preso pela segunda vez por latrocínio (assalto seguido de morte). Ao todo, sua passagem pelo sistema soma doze anos. Seu envolvimento com o tráfico de drogas vem declaradamente desde antes de sua prisão. Dentre os faxinas, João se destaca pela sua capacidade de diálogo e por sua relação estreita com o líder anterior a José, que havia sido transferido para outra unidade pouco tempo antes de nossa chegada ao campo.

Félix tem cerca de cinquenta anos e está preso há mais de vinte por latrocínio e outros crimes. Apresenta uma condição destoante em relação aos demais entrevistados. Todos os participantes da pesquisa são oriundos das favelas do Rio de Janeiro e seus arredores e contam, como se verá na transcrição e análise dos dados, histórias que ressaltam condições socioeconômicas precárias e relações familiares fragmentadas. Félix, ao contrário, vem de uma família tradicional da baixada fluminense. Seu pai fora advogado e dono de uma escola na região. Segundo o que nos conta, teria sido seu envolvimento com drogas, enquanto usuário e não traficante, o que desencadeou suas atividades desviantes. Frajola também se destaca por ser uma espécie de professor voluntário da escola. Ele estuda compulsivamente gramáticas e dicionários da biblioteca e costuma dar aulas de português para os seus companheiros; no dia marcado para sua entrevista, ele apareceu munido de recortes de jornal e anotações sobre cartas que diz enviar costumeiramente ao colunista Sérgio Nogueira, apontando seus “equivocos” quanto a certas regras e recomendações publicadas no jornal.

Lúcio tem cerca de quarenta anos e é possivelmente o mais articulado dentre os entrevistados. Nos primeiros contatos com o campo, Lúcio chamava atenção por manter sempre um semblante alegre e um comportamento cortês. É o único que relata dependência química e constante esforço em manter-se longe das drogas. Já foi processado por diversos crimes, sendo a maioria deles assaltos e homicídios, e frequenta o sistema carcerário, entre idas e vindas, desde menor de idade, nos institutos socioeducativos. A entrevista com ele, curiosamente, e também diferentemente dos demais, foi bastante agitada e emotiva.

Freitas tem cerca de trinta anos e é um dos artistas plásticos mais produtivos da já mencionada sala de artes e está preso por assalto. Ele costuma dar aulas de pintura em tela para os demais internos. Seu comportamento e modo de falar sobre as ações desviantes diferenciam-se um pouco dos demais internos porque ele está religiosamente comprometido com o grupo de evangélicos da unidade.

Além dos internos e nós, pesquisadores, identificados pelos nossos próprios nomes, Julio e Liana, participou de duas das entrevistas aqui apresentadas o professor já mencionado acima, responsável por nos conduzir nos contatos iniciais no campo. Marcelo é professor da escola desde fevereiro de 2009, embora trabalhe no sistema prisional desde 2007, ocasião em que atuou como diretor de outra escola do sistema prisional e também como coordenador da área de inserção social da Secretaria Estadual de Administração Penitenciária.

4.5 **Caracterização geral dos dados**

Ao longo da pesquisa de campo, realizamos ao todo cinco entrevistas. Quatro delas, entretanto, foram divididas em dois momentos; as de José, Félix e Freitas foram interrompidas em razão do fim do turno escolar – quando a escola deve ser fechada por um guarda –, e tiveram de ser retomadas posteriormente. Já a entrevista de João está dividida em dois momentos porque, em determinado ponto de sua entrevista, tivemos de interromper a gravação por conta da chegada de um aluno à biblioteca. Quando retomamos a gravação, João deixou passar um nome real em uma de suas histórias, e tivemos de apagar todo o conteúdo para então

recomeçarmos. Informações sobre contexto imediato das gravações foram anotadas como comentários do analista nas próprias transcrições (cf. anexo II) São, ao todo, nove arquivos gravados em mídia digital, totalizando 260,56 minutos de gravação de dados. O quadro abaixo caracteriza brevemente cada um desses arquivos, seguindo a ordem de gravação.

Tabela 1: caracterização dos dados

| Entrevista | Demais participantes | Duração | Linhas transcritas | Tópicos/blocos temáticos |
|-----------------------|-----------------------------|----------------|---------------------------|---|
| Jorge e Sérgio | João | 38'11'' | 635 | adesão ao crime, rotina e constrangimentos na cadeia, relação com a família e sociedade em geral, atuação do Estado na contenção da criminalidade, histórias de familiares. |
| João | Liana, Julio, Marcelo | 23'50'' | 365 | história familiar, adesão ao tráfico, experiência na cadeia e sua ligação com o crime organizado, atuação da polícia e do Estado, políticas públicas de inserção e reabilitação. |
| | Idem | 7'13'' | 141 | |
| Félix | Liana, Julio | 18'26'' | 363 | história familiar, sua dedicação aos livros, especialmente aos de língua portuguesa, sua interação com o colunista Sérgio Nogueira, experiência com drogas e entrada para o crime, relação com o pai, planos futuros, relação os filhos, dificuldades de ressocialização. |
| | Idem | 19'11'' | 341 | |
| Lúcio | Liana, Julio | 30'26'' | 541 | história familiar no interior, chegada ao Rio, envolvimento com drogas, relação com os filhos e a ex-mulher, esforço para deixar as drogas, definições de violência e crime; experiências de perigo no crime, planos para o futuro. |
| Freitas | Liana, Julio | 38'11'' | 96 | Trabalho com pintura, história familiar, abandono da mãe, entrada para o crime, experiências com a polícia, casamento, conversão religiosa. |
| | Idem | 26'44'' | 425 | |

| | | | | |
|-------------|--------------|---------|-----|--|
| José | Liana, Julio | 14'14'' | 191 | história familiar, violência policial, adesão ao tráfico, primeira experiência na cadeia, sua saída e tentativa de trabalho, ascensão ao cargo de liderança, políticas de segurança do Estado e perspectivas futuras para a família. |
| | Liana | 45'59'' | 844 | |

4.6 Implicações políticas da pesquisa

Uma das questões com as quais Becker foi confrontado após a publicação de *Outsiders* (1963; 2007) dizia respeito a uma alegada adesão que as pesquisas interacionistas sobre desvio apresentariam em relação aos sujeitos e fenômenos em pauta. Haveria nesses trabalhos uma tendência de se justificar as ações desviantes e apresentar os atores do desvio como *vítimas* dos processos de rotulação. Em outras palavras, ainda de Becker, as pesquisas sobre desvio – que o definem como uma construção fruto de um processo dinâmico e assimétrico de rotulação – acabam por ser corrosivas dos modos convencionais de pensamento das instituições, porque perturbam justamente as crenças e ideologias que lhe dão substância – por exemplo, aquela segundo a qual o desvio seja inerente ao indivíduo, porque decorrente de uma falha moral. Mesmo crimes como assassinato e incesto, “irrefutavelmente desviantes” segundo os discursos sociais hegemônicos teriam seu estatuto posto em cheque segundo uma teoria que entende o processo acusatório e de atribuição de culpa como atividades discursivas ancoradas socialmente.

Sobre essa questão, que se relaciona também ao meu trabalho e a toda uma literatura e produção cultural que lança olhar sobre o fenômeno do tráfico no Rio de Janeiro e ao que se convencionou chamar de crítica à “criminalização da pobreza”, Becker responde que o campo do desvio, longe de ser um campo especial, é apenas mais um tipo de atividade humana a ser compreendido. E se há um olhar relativista e subjetivista sobre esse fenômeno, isso não se dá de forma fundamentalmente diferente do que ocorre nos demais estudos com a mesma orientação.

Ademais, ao estudar o desvio, e da maneira como fazemos no presente trabalho, estamos focalizando o modo como as pessoas – nesse caso, os desviantes – aprendem a interpretar a sua experiência por meio da interação social, o que por definição é uma interpretação diferente daquelas que perpassam os discursos hegemônicos. Se, de acordo com Goffman (1959), agimos sempre interpretando enquadres e projetando comportamentos apropriados para lidar com eles, então devemos aprender a olhar o modo de interpretação pelos quais os indivíduos constroem suas ações, para não preencher as lacunas de interpretações com nossas próprias conjecturas e referências. O objetivo desta pesquisa, por exemplo, está circunscrito à produção de significados no discurso desviante, e buscar se aproximar de tais significados não implica estar comprometido com a visão do narrador.

Acrescenta-se a isso que não apenas os discursos hegemônicos podem estar em dissonância com os resultados apresentados pelo pesquisador. Da mesma que forma que os internos costumam definir como ações criminosas a violência policial, a exclusão e ineficiências de políticas públicas, a interpretação que se apresenta como resultado da pesquisa pode gerar certo grau de embaraço ou discordância entre pesquisador e pesquisado. Aqui, a orientação é a mesma. O pesquisador deve ter direito a apresentar os dados como os vê (Becker, 1963).

Desde o início deste capítulo, venho sublinhando que há um consenso entre os pesquisadores da área acerca do entendimento da pesquisa como uma prática que, para além das reivindicações de neutralidade e objetividade presentes nos discursos cientificistas, está guiada por implicações políticas; que existe um envolvimento inevitável com o objeto de pesquisa (cf. Velho, 1981), principalmente quando passamos a relativizar os resultados da pesquisa social e reconhecer sua transitoriedade.

Quando se assumem esses aspectos, as interpretações válidas passam a ser aquelas que se comprometem com a desconstrução de práticas sociais injustas e com a transformação destas (com a aplicação social das interpretações), em oposição radical ao desengajamento das epistemologias de demandas cognitivas (cf. Schwandt, 2006; Santos 2007; Moita Lopes, 2006 entre outros). Nessa nova abordagem, a faceta de ‘pesquisador’ não se dissocia da de ‘cidadão’, e a pesquisa não está livre de preocupações éticas e direções morais. Na análise que se segue, procuro não idealizar os sujeitos de pesquisa – nossos entrevistados – mas estou

obviamente convencida de que dar-lhes visibilidade é apresentar uma versão da realidade divergente das correntes e necessária para o diálogo intercultural, que, em última instância, é um dos objetivos mais básicos de qualquer pesquisa sobre uma sociedade tão fortemente marcada por desigualdades e silenciamentos.